

# News Paper®

Informativo  
Setorial ANDIPA



## Nesta edição

Andipa completa dez anos

Papel imune: mais de sete décadas de história

Bracelpa estima desvio de 620 mil toneladas

Andipa apoia aperfeiçoamento do Recopi

Andipa e Abigraf: parceria reforçada

194 mil toneladas de cuchê foram importadas em 2011

## Aprendendo e recomeçando, sempre

Há dez anos realizamos a primeira reunião da Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Uma década de intensas transformações tecnológicas, econômicas, sociais e culturais, incomparável a qualquer outro período. Acompanhando este ritmo e, à medida do limitado esforço que fizemos, crescemos e amadurecemos coletivamente, com as lutas e experiências.

De fato, muita coisa mudou. Um para melhor, como a internacionalização do mercado, com maior variedade de produtos e fornecedores, que propiciaram o crescimento da participação do distribuidor. Outras, nem tanto, como o aumento acentuado de ilícitos na transformação de papel imune em comercial.

O que mais frustra é vermos os problemas se repetindo, sendo reinventados a cada movimento de combate. Neste ponto, estamos falando especialmente do papel imune. Como mostramos nesta edição, a isenção de impostos sobre o papel está enraizada na cultura dos empresários e consumidores do setor, como promoção da educação e cultura.

Infelizmente, o que ainda não foi absorvido pela totalidade do mercado nestas décadas de imunidade tributária, foi a responsabilidade que deve ter aquele que recebe o benefício, aquele que deveria tratar seu negócio com lisura e seriedade, zelando para manutenção saudável e duradoura do setor em que atua.



### Expediente

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação bimestral da ANDIPA - Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Direitos autorais reservados. Publicado em 16.05.2011

### Contatos

Telefone: (11) 3044-2214  
E-mail: [andipa@andipa.org.br](mailto:andipa@andipa.org.br)

### Presidente

Vitor Paulo de Andrade

### Diretoria

Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto  
José Luiz Figueira Júnior  
Paulo Ribeiro da Cruz Moura

### Presidente Executivo

Vicente Amato Sobrinho

### Assistente Administrativo

Iolanda Moretti

Assessoria de Comunicação e Conteúdo Editorial  
Keser Serviços de Comunicação

### Jornalista Responsável

Rosângela Valente - Mtb 121/MS

## Aprendendo e recomeçando, sempre

■ ■ ■ Não pense que a constatação desta frustração, somada às experiências destes dez anos de labor junto a Associação, significa paralisia e emburramento. Não vamos jogar a toalha, por mais infrutíferas que tenham sido nossas ações até aqui. Lamentavelmente, desde o desaparecimento da linha d'água, temos um único produto com dois tratamentos tributários.

Se são criativos os especialistas em burlar a lei, de nossa parte devemos ter a habilidade de sermos firmes em nossos valores e princípios. Chegamos a uma situação insustentável e com grande frustração. Este sentimento deve trazer forte o desejo de buscar soluções, de superar os desafios e conquistar vitórias. E neste caminho coletivo, assim como na vida, o que mais vale são as pequenas superações diárias.

Aos nossos parceiros gráficos que chegam ao circuito do NewsPaper, as boas-vindas e o convite para juntos fazermos – cada um – a nossa parte, para que os próximos dez anos sejam marcados pela transformação baseada em valores éticos e morais.

A todos, boa leitura!

*Vitor Paulo de Andrade*

# Papel imune: mais de sete décadas de história

A origem da isenção tributária sobre o papel é anterior à Constituição de 1946, que determinou o modelo ainda vigente do benefício aos livros, revistas e jornais, em prol da cultura e informação. Inspirado no aniversário de dez anos da Andipa, o NewsPaper fez um resgate da história deste que é o maior problema do setor – o desvio do papel imune – e dos esforços de controle e fiscalização, que surgiram juntamente com a instituição da imunidade.

Para este trabalho, a reportagem recorreu à pesquisa e à generosa memória do finlandês Martti K. Soisalo, conselheiro da Samab, personagem da história do papel no Brasil, que chegou em 1952 para trabalhar na empresa, que então se chamava S.A. Mercantil Anglo-Brasileira (S.A.M.A.B). Em uma verdadeira aula, senhor Soisalo dissertou sobre a árida atividade papelreira do Brasil desde a segunda guerra mundial. “A imprensa toda usava papel importado”, conta ele que ainda carrega o sotaque característico de estrangeiro.

Sem produção nacional de papel para impressão e com consumo restrito aos periódicos, que surgiram e cresceram forte nos anos seguintes, o Brasil dependia exclusivamente das importações. Como fomento ao crescimento do País, o governo de Getúlio Vargas concedeu isenção e redução de direitos aduaneiros a uma série de produtos e mercadorias, dentre eles o papel e impressos de várias ordens, conforme artigo 11, itens de 35 a 42, do Decreto-lei nº 300, de 24 de fevereiro de 1938.

O mesmo instrumento legal estabelecia os critérios e regras de controle, dando ao inspetor da alfândega poderes para determinar as quantidades importadas, conceder ou não a isenção e fiscalizar a destinação adequada aos papéis, que não poderiam ser aplicados em impressos de publicidade e comerciais, conforme o artigo 38. Mais tarde, esta competência dada ao agente público torna-se mais um complicador, fazendo com que o benefício da lei fosse usado em prol dos ‘amigos’ e para punir os ‘desafetos’ do regime totalitário.

Foi com esta legislação que nasceu a linha d’água, uma marca física colocada no processo de fabricação que diferenciava o papel isento de obrigações tributárias – de uso restrito, regulamentado e fiscalizado – do papel comum, destinado a impressos diversos, sem incentivo. Com isso, podia-se identificar no produto pronto o tipo de papel, verificar sua correta utilização ou comprovar o ilícito e punir os responsáveis. “Lembro do meu pai olhando os bilhetes de jogo de bicho, para identificar os que eram feitos com linha d’água”, conta o empresário Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto, da AMV Papéis e conselheiro da Andipa, que herdou do pai o ofício no mercado de papel.

Senhor Soisalo observa que “quando o papel importado tinha linhas d’água com distância de 4 a 6 cm, no papel nacional a distância entre as linhas era de 8 cm”.

Voltando ao período da guerra mundial, os favores aduaneiros já eram insuficientes para garantir o abastecimento, pois muitos navios vindos da Europa eram afundados no oceano Atlântico. Com isso, as empresas como a Samab, tiveram de buscar novos mercados. “A Samab passou a importar papel jornal do Canadá”, relembra Soisalo.

Ainda no Estado Novo de Vargas, o governo implantou a política de industrialização por substituição das importações, em diversos setores. Já atuando indiretamente no mercado papelreiro – com tipografia e materiais de escritório – a família Klabin recebeu subsídios do governo para a implantação da primeira fábrica de papel jornal do Brasil, inaugurada em 1946, no Paraná.

No mesmo ano, com o fim da Era Vargas e a eleição do presidente Gaspar Dutra, o Brasil ganhou nova Constituição, na qual passou a ser assegurada a imunidade de impostos sobre “papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros”, conforme descrito no item ‘c’ do Artigo 31 da Carta Magna de 18 de setembro de 1946. A isenção dada como favor governamental, a partir de então, passou a ser um direito adquirido em prol da educação e da cultura, revalidado nas Constituições seguintes – de 1967 e a atual de 1988.

No início, o papel linha d’água era apenas importado e seguia rígido controle para coibir abusos, como relata senhor Soisalo, que traz na lembrança até alguns nomes de inspetores da alfândega, responsáveis pela liberação e fiscalização das cargas recebidas e dos produtos comercializados pela Samab. “Era tudo anotado nos livros, que eram conferidos pelos inspetores”, conta o executivo da época, deixando transparecer nos olhos o fascínio pela história que ajudou a construir.

Nas décadas seguintes, a indústria papelreira do Brasil se desenvolveu, reduzindo a dependência do papel importado. O mercado cresceu, assim como o consumo de papel editorial imune de impostos. “Hoje o acesso é facilitado, com maior número de empresas operando e poucas realmente sérias”, analisa o experiente executivo, enfatizando que estas estão sendo gravemente prejudicadas.

Já sem esconder o desapontamento, Martti Soisalo fala das diferenças entre as práticas na década de 50 e as atuais referentes ao desvio de finalidade do papel imune. “É questão de moral!”, decreta o conselheiro da Samab, acrescentando que está faltando controle e moral em toda a cadeia de negócios do papel. Segundo ele, o governo precisa fazer a parte dele. ■ ■ ■

## Papel imune: mais de sete décadas de história

### ■ ■ ■ Registro especial

Na última década, o governo editou instruções normativas estabelecendo e alterando regras de controle para as operações com papel imune, previsto no item 'd' do Artigo 150 da Constituição Federal de 1988. A primeira foi em agosto de 2001 (IN SRF 071/2001) instituindo o registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune (DIF-Papel Imune).

As regras atuais foram estabelecidas em 2009, com a publicação da Lei nº 11.945, em 4 de junho, que incluiu nos Artigos 1º e 2º dispositivos que estabelecem obrigatoriedade de controle sobre as operações com papel imune e, principalmente, penalidades mais rigorosas nos casos de desvio de finalidade.

Para regulamentar esses dispositivos, a Receita Federal publicou em 8 de dezembro do mesmo ano, a Instrução Normativa nº 976, estabelecendo novos mecanismos de obtenção do registro especial e a exigência de recadastramento de fabricantes, distribuidores, importadores, empresas jornalísticas, editores e gráficas que utilizam papel com imunidade tributária, até 28 de fevereiro de 2010. Nos casos de cancelamento do registro e comprovação da utilização de papel imune para fins não imunes, ficou vedada a concessão de novo registro pelo prazo de cinco anos. Esta punição inclui a empresa que possua, em seu quadro societário, sócio ou administrador de empresa que teve o registro cancelado.

### Situação esdrúxula

Um dos caminhos para o desvio de finalidade do papel imune é a operação através de revendas inidôneas, que compram papel editorial e vendem papel comercial. Há quem diga que é difícil para o vendedor saber previamente que uma empresa, devidamente credenciada pelo sistema de controle vigente, vá fazer mau uso do papel imune, distorcendo o mercado de papéis comerciais.

Na avaliação de Paulo Ribeiro da Cruz Moura, diretor da Samab e conselheiro da Andipa, é incompreensível uma empresa distribuidora que trabalhe com os dois mercados vender papel imune para revenda, que vai competir com ela própria no comercial. "A Samab só trabalha com papel editorial, então não estaria afetando seu mercado se vendesse para revendas, mas por opção não o faz", exemplifica o executivo.

"A sorte é a existência de clientes honestos e morais", afirma o experiente Martti Soisalo, explicando que são os consumidores tradicionais e sérios que têm garantido a sobrevivência de empresas como a Samab.

## Fim da linha d'água

A marca que diferenciava os produtos aos poucos foi tornando-se um impeditivo industrial, já que para fazer a linha d'água as fábricas precisavam separar a produção e trabalhar com dois estoques. Na narrativa do senhor Soisalo, no início dos anos 70, houve grande escassez de papel e a aplicação da marca diferencial começou a onerar a produção, afugentando os fornecedores estrangeiros, que precisavam incluir a linha d'água apenas nos produtos destinados ao Brasil.

A Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) informa que com a modernização do parque industrial e a aquisição de máquinas mais velozes, a aplicação da linha d'água nos papéis se tornou inviável. Com isso, mesmo dificultando a fiscalização, o uso da marca diferencial foi abandonado.

O Decreto-lei nº 300, que instituiu a linha d'água, foi revogado pelo Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966. Seguindo o histórico das legislações, em 28 de janeiro de 1970, foi publicado o Decreto nº 66.125, regulamentando o reconhecimento da isenção de impostos. De acordo com o Artigo 2º deste Decreto, "a imunidade tributária somente será reconhecida ao papel que contiver em toda a sua largura ou comprimento linhas d'água (vergé), separadas na dimensão de 4 a 6 centímetros".

O mesmo texto consta no Artigo 177, do Capítulo VI, do Decreto nº 91.030, de 05 de março de 1985, que foi revogado pelo Decreto 4.543, de 26 de dezembro de 2002. E, neste e nas legislações que o sucederam, a obrigatoriedade da marca d'água diferenciando o produto incentivado desaparece. Restando apenas a expressão "linhas ou marcas d'água" nos artigos que prevêem punições, como descrito no Artigo 702, do Decreto 6.759, de 05 de fevereiro de 2009.

### Um produto, dois tratamentos tributários

Com o desaparecimento da marca d'água, o Brasil vive uma situação surreal, que é dar dois tratamentos tributários para o mesmo produto. Sem distinção física, o que separa o produto comercial do imune é a carga tributária, que pelo ilícito do desvio de finalidade é transformada em margem de lucro.



## Bracelpa estima desvio de 620 mil toneladas

Segundo dados da Bracelpa, em 2010, a atuação ilegal movimentou 620 mil toneladas de papéis de imprimir e escrever e resultou em uma perda estimada de R\$ 411 milhões para os cofres públicos. Sem o pagamento de impostos devidos, esses papéis desviados competem deslealmente no mercado, com uma vantagem de preços de até 35% em relação ao produto tributado.

A informação foi passada pela Bracelpa, quando convidada a elencar as várias iniciativas já empreendidas pela indústria e o setor para conter os desvios de finalidade do papel imune. Dentre as principais ações, a associação dos fabricantes destacou os marcos legais dos últimos dez anos e algumas das iniciativas envolvendo diversas entidades do setor, como a campanha de conscientização, de 2001, e o seminário “controle fiscal das operações com papel imune”, realizado no ano passado.

Em 2001, quando foi instituída a obrigatoriedade do Registro Especial da Receita Federal, na tentativa de devolver a diferença física perdida com o fim da linha d'água, os fabricantes adotaram embalagem especial, identificando a condição de imune do produto. A iniciativa fez parte da campanha de conscientização – lançada com o apoio de Abigraf, CBL, Abrelivros, Andipa e empresas do setor – que envolveu a veiculação de peças publicitárias de divulgação do selo e de esclarecimento contra o uso indevido de papel imune.

Além da edição da Instrução Normativa da Receita Federal vigente, o ano de 2009 trouxe outra novidade no combate ao ilícito do papel. O governo do estado de São Paulo, principal mercado consumidor de papéis, publicou

em 31/12/2009, o Decreto nº 55.308, estabelecendo que a não incidência do ICMS sobre as operações com papel destinado a fins imunes dependerá de prévio reconhecimento pela autoridade fiscal estadual.

Para regulamentar esse dispositivo, a Secretaria da Fazenda de São Paulo publicou a Portaria CAT n.º 14/10, que disciplina as condições para obtenção do prévio reconhecimento e institui o Sistema de Reconhecimento e Controle das Operações com Papel Imune (Recopi), com efeito após 1º de julho de 2010. Assim, cada operação passou a ser autorizada previamente, permitindo acompanhamento contínuo e sistemático das empresas que trabalham com papel imune. Agora, o modelo pode ser implantado nos outros estados e já está sendo estudado por um grupo de trabalho formado por coordenadores tributários.

Para esclarecer as dúvidas sobre o funcionamento do Recopi, novamente as entidades se uniram promovendo, em junho de 2010, um seminário sobre o controle fiscal das operações com papel imune. O encontro reuniu fabricantes, distribuidores, importadores, empresas jornalísticas, editoras, gráficas e as principais entidades dos segmentos que utilizam esses papéis com representantes da Coordenadoria Geral de Fiscalização da Receita Federal e da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda de São Paulo.

O assunto foi novamente tema de reunião entre os associados da Andipa e Sinapel e a equipe da Sefaz, em 28 de julho, esclarecendo os detalhes operacionais e dando tranquilidade aos distribuidores para o início do Recopi.

## CEPI mostrou radiografia do setor

Sempre empenhadas em combater o uso indevido do papel imune e zelar pelo mercado comercial, as entidades do setor chegaram a implantar o Controle Especial do Papel Imune (CEPI), que consistia em formar um banco de dados espelho ao criado a partir da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune) da Receita Federal. O objetivo do CEPI era que se pudesse identificar pontos de desvios nos elos da cadeia do papel imune de impostos. Para isso, distribuidores e fabricantes passaram a informar mensalmente sua movimentação de papel offset para fins editoriais, incluindo estoque, compra e venda, discriminando o cliente (gráfica ou editora) comprador.

Implantado em 2005, o CEPI demorou a mostrar algum resultado e evidenciou as dificuldades de o setor assumir a função que deve ser executada pelo governo.

Conforme publicado na edição 14 do NewsPaper, de março de 2007, o projeto foi interrompido. “Em decisão conjunta, Andipa e Bracelpa concluíram que o grupo de trabalho do Controle Especial do Papel Imune (CEPI) já cumpriu uma importante função, permitindo que se fizesse uma radiografia do setor e que os avanços, a partir de agora, dependem de regulamentação e atuação efetiva dos órgãos públicos. Entendendo que os esforços do setor devem ser redirecionados para apoiar e cobrar que sejam adotadas medidas fiscais e de controle mais eficientes no combate ao desvio do papel imune, as duas entidades decidiram encerrar o projeto do CEPI.”

# Andipa completa dez anos

A Associação Nacional dos Distribuidores de Papel completou, em junho, sua primeira década de atividades em prol do fortalecimento e profissionalização do setor. A Andipa nasceu da iniciativa de um grupo de pessoas, que via no mercado internacional exemplos de que a união das empresas era o melhor caminho para dar voz e força à distribuição.

Gestada com o apoio de fabricantes e entidades, como o Sinapel, a Andipa foi fundada pela associação inicial de cinco empresas – Branac, KSR, Rilisa, Rio Branco e SPP-Nemo. A entidade, que chegou a reunir cerca de 60 distribuidoras, passou por vários processos ao longo desta década, com algumas conquistas, algumas frustrações e muitas lições para seu amadurecimento.

Nestes dez anos, a Andipa teve três presidentes. Arthur Gonoretzky, da Branac, recebeu a missão de presidir a entidade em sua formação, ao lado de seus pares associados. Findo os primeiros dois anos, a diretoria foi reeleita para a segunda gestão. Em julho de 2005, assumia a diretoria presidida por Andrés Romero, executivo da associada Clickpapel, que também permaneceu à frente da Andipa por dois mandatos. Terceiro e atual presidente, Vitor Paulo de Andrade, da Rio Branco, um dos fundadores, tomou posse com a nova diretoria em março de 2010, com a determinação de reanimar o espírito associativo e coletivo na busca de práticas mais sustentáveis e éticas para o setor e a atividade de distribuição de papel no Brasil.

Cada grupo diretor a seu tempo buscou na mesa de negociação a construção de caminhos e alternativas que assegurassem aos distribuidores melhores condições de competitividade, com profissionalização e respeito. Isso tanto nas relações com os fabricantes de papel, quanto com todas as esferas de governo.

A história da Associação está registrada em suas atas e documentos e na memória daqueles que participaram e compartilharam de sua primeira década de vida. Enquanto associação, a Andipa tem como foco seus associados, porém o resultado de seu trabalho e existência impactam todo o setor, à medida que faz a distribuição ocupar o espaço que é seu na cadeia de papel.

## Transformação

Muitas iniciativas e casa cheia marcaram as reuniões da Andipa, que assistiu a transformação do setor de papéis com fusões e aquisições, crises econômicas nacionais e mundiais, mudanças tributárias de toda ordem e grande avanço tecnológico em todas as áreas do conhecimento. Todos estes fatores e muitos outros desenharam o cenário atual do setor de distribuição de papel no Brasil.

O presidente atual da Andipa lembra que alguns desafios são da atualidade, como a implantação de tecnologias que vão da gestão ao controle e fiscalização, como a nota fiscal eletrônica. Outros são problemas crônicos e antigos, como o desvio de finalidade do papel com imunidade tributária, destinado a impressão de livros, jornais e revistas. “Resolver a questão que é tão antiga e complexa não cabe a um único elo da cadeia e sim a todo o setor. Mas podemos, coletivamente, construir soluções pontuais para aquilo que compete ao distribuidor e assim criar condições efetivas de combate ao ilícito e promoção de melhores práticas de mercado”, avalia Vitor de Andrade.

## Conduzindo os primeiros passos

A convicção e o entusiasmo que o levaram a ser o primeiro presidente da Andipa já não movem mais o executivo da Branac, Arthur Gonoretzky, embora ele assegure que continua acreditando na força do associativismo e ainda hoje seja capaz de elencar uma série de ações possíveis. O ex-presidente recebeu a reportagem do NewsPaper na sede da empresa para lembrar os primeiros anos da Associação.

Arthur lembra que o movimento de criação da Andipa começou em 1999 até ser efetivado em 2001, com a constituição jurídica da Associação e a eleição da primeira diretoria. “Até então as reuniões eram realizadas nesta mesa, na Branac”, afirma o executivo, contando as primeiras iniciativas e ações realizadas, que foram desde várias apresentações até o reconhecimento da importância e necessidade de criação da Andipa, culminando em uma carta de apoio dos fabricantes.

Tendo como foco a profissionalização do setor e a meta de conscientização de que o distribuidor é parceiro e não cliente da fábrica, a frente prioritária de atuação da Andipa foi sensibilizar os fabricantes para montar uma

política nacional de distribuição. Arthur Gonoretzky lembra que para isso foram implantadas ferramentas de gestão como estatísticas da distribuição e a realização de estudos de inteligência competitiva sobre o mercado de distribuição dos segmentos gráfico e *cut size*.

As atas das reuniões e assembléias da Andipa comprovam o ímpeto de atuar nas mais variadas frentes, foram promovidos desde estudos envolvendo as áreas de recursos humanos, passando por questões de custo de frete, de concessão de crédito e até a atuação junto às esferas públicas. “Criamos também grupos de trabalho e o selo Andipa”, destaca o executivo, dando exemplos de ações em suas gestões que tinham como foco profissionalizar e agregar valor ao distribuidor.

Sem pretensões de seguir à frente da Associação, Arthur conta que continuou no segundo mandato pela ausência de candidatos a sucessão. Segundo ele, a falta de comprometimento e participação dos distribuidores, aliado a novas atribuições e responsabilidades assumidas na empresa, acabaram desmotivando-o de continuar participando da Andipa, após o fim de suas gestões.

## Missão difícil. Dever cumprido

“A única alternativa é a via associativa”. A afirmação de Andrés Romero evidencia a convicção daquele que presidiu a Andipa por cinco anos, a metade do tempo de sua existência. O ex-presidente da Associação enfatiza o que defendeu durante sua gestão “não se tem associação moderna sem profissionalização”.

Falando sobre os dez anos da Andipa e o período em que esteve a sua frente, ele afirma que ser presidente da Associação não é uma tarefa fácil. “Dadas às condições, considero que fiz um bom trabalho”, avalia, acrescentando que sua experiência como presidente da Andipa foi interessante e prazerosa. “Fiz muitos amigos”, contou Romero, que na época era executivo da Clickpapel (RJ).

Andrés Romero faz questão de destacar a afinidade com seus parceiros de diretoria. “Tive muita sorte na composição da chapa” afirma, destacando a química entre os membros do conselho, que representava bem o caráter nacional da Associação, composto por Alberto de Castro Lima (Encapa – MG); Geraldo de Souza Soares (Gimba – SP), José Luiz Figueira Júnior (Sulapel – RS) e Paulo Ribeiro da Cruz Moura (Samab – SP).

Quando assumiu a presidência do Conselho Diretor, em 2005, o executivo já acompanhava há mais de dois anos as discussões da Andipa. “Fui a uma reunião substituir o sócio da empresa que estava em férias. Acabei dando minha opinião e depois fui convidado para coordenar o estudo sobre o *cut size*”, conta, lembrando o início de suas atividades na Associação, período em que “os distribuidores praticamente não se falavam”.

Conhecedor das dificuldades a enfrentar, optou em trabalhar para que a Andipa tivesse mais voz no setor. Para isso, priorizou a comunicação. Reformulou e implantou os canais com os associados, dando ênfase à produção analítica e crítica de matérias jornalísticas. Assim, em novembro de 2005, circulou a primeira edição deste NewsPaper.

Com o mesmo foco, apostou na interlocução, ampliando as discussões via conselhos setoriais, colocando distribuidores e fabricantes na mesa para tratar das questões relevantes e estruturais para o setor. A atuação foi forte junto aos governos e órgãos públicos, como a Receita Federal e as secretarias estaduais de Fazenda, provocando e incentivando alterações legislativas e rigor na fiscalização e controle.

# Andipa apoia aperfeiçoamento do Recopi

As discussões acerca do sistema de Reconhecimento e Controle de Operações com Papel Imune (Recopi), implantado pela Secretaria de Fazenda de São Paulo (Sefaz), dividem os associados da Andipa. A percepção de consenso é que a exigência acessória da Sefaz trouxe dificuldades e ainda apresenta resultado fraco no combate aos desvios de finalidade e seus malefícios.

No entanto, o presidente da Andipa, Vitor Paulo de Andrade, observa que a suspensão da obrigação de informar as operações não assegura melhores condições comerciais aos distribuidores. “Ao contrário, a ausência de um elo da cadeia no sistema de controle pode tornar a situação muito pior”, afirma, acrescentando que a mudança no perfil do mercado não é reflexo exclusivo do Recopi, e sim de um conjunto de medidas que entraram em vigor no último ano, como a nota fiscal eletrônica e o recadastramento federal para operações com papel imune.

O posicionamento da Andipa de apoiar o Recopi, com as correções necessárias, foi firmado após várias conversas de avaliação com os associados, tanto com os que defendem a adoção de medida judicial contra o sistema, quanto com os que apoiam o controle estadual destacando pontos necessários de aperfeiçoamento.

Coincidindo com o amadurecimento desta posição, a Andipa foi convocada para uma reunião na Secretaria de Fazenda, ao lado de representantes da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf), Câmara Brasileira do Livro (CBL), Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), Sindicato Nacional do Comércio Atacadista de Papel e Papelão (Sinapel) e Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner). Na reunião, realizada em 30 de junho, o coordenador Adjunto da Coordenadoria da Administração Tributária, Marco Antonio Vecchi, atualizou o setor sobre a situação do Recopi e pediu apoio e sugestões para melhor o sistema de controle.

## Nacionalização

A possibilidade de o Recopi ser implantado nos demais estados brasileiros ganhou força e já está em estudo, conforme informou o coordenador. O Recopi foi apresentado no último Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários (ENCAT), realizado em junho no Espírito Santo. O modelo paulista foi bem recebido pelos representantes dos demais estados, que decidiram formar um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de implantação do sistema de controle em todo território nacional.

A proposta, na avaliação do presidente da Andipa, é bastante viável e a questão da inconstitucionalidade questionada na Justiça pode ser facilmente corrigida. “As Secretarias de Fazenda são responsáveis por estabelecer o controle”, observa Vitor de Andrade, acrescentando que para acabar com o questionamento seria necessário alterar a CAT 14. Na percepção do presidente executivo da Andipa e presidente do Sinapel, Vicente Amato Sobrinho, “ficou claro que, por parte da Sefaz-SP, a Portaria CAT 14 é irreversível”.

Segundo o coordenador, o departamento jurídico da Sefaz acredita que a decisão da Justiça estadual considerando o Recopi inconstitucional será revista nos tribunais. Com esta confiança, o sistema de controle foi apresentado às secretarias dos demais estados, em reunião nacional realizada no dia 16 de junho. Vecchi informou que o Recopi é um instrumento imprescindível no combate ao desvio de finalidade do papel imune, capaz de aumentar a arrecadação e dar competitividade aos contribuintes honestos, e deve ser implantado na maioria dos estados.

Alegando que não se tratava de ameaça, Marco Antonio Vecchi afirmou que as autoridades fazendárias não entendem o que leva uma empresa a se utilizar de um benefício jurídico contra um ato que visa à moralização. Citando o dito popular, o coordenador disse que a empresa que se utiliza da liminar deverá ser como a mulher de César: não basta ser honesta, tem que parecer honesta.

## Rigor

Há rumores no mercado de que empresas estão sendo fiscalizadas e autuadas com base nas informações coletadas no Recopi. A Sefaz assegura que os fiscais têm elementos e estão agindo com base no sistema. Para a Andipa, além das ações efetivas de fiscalização, a Sefaz deve rever o sistema Recopi, expurgando empresas que hoje constam como habilitadas a operar pelo Recopi, mas estão inaptas no CNPJ ou no Sintegra. Imediatamente, o coordenador determinou à equipe técnica que fossem tomadas as medidas necessárias para correção da inconsistência apontada.



# Associação esclarece novas regras de importação

Desde maio o governo brasileiro instituiu regras acessórias para o desembaraço de cargas importadas, exigindo certificado de origem e licença de importação. A novidade trouxe dúvidas e ampliou o tempo de legalização dos papéis estrangeiros, conforme relatado por diversos distribuidores na reunião realizada em 26 de maio, na sede da Federação do Comércio, em São Paulo. Para esclarecer os procedimentos e exigências, a Andipa reuniu as questões dos distribuidores e fez uma consulta formal à Gerência Regional de Apoio ao Comércio Exterior (Gecex), da Diretoria de Negócios Internacionais (DININ) do Banco do Brasil.

O órgão, responsável pela análise e liberação dos documentos, informou que a apreciação segue a ordem

de protocolo e demora, em média, quatro dias até o deferimento. A íntegra da consulta foi encaminhada a todos os associados.

A Gecex reforçou ainda que as exigências estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior são específicas para alguns produtos vindos de determinados países, conforme quadro abaixo.

Depois de sanadas as dúvidas e passada a curva de aprendizagem da nova regra, a Andipa continua acompanhando o assunto e tem ouvido de seus associados que o processo de importação volta a fluir normalmente, com aumento de cerca de quatro dias no prazo de desembaraço.

NCM	Descrição	Exigência
4806.40.00	Papel Cristal ou Papel Calandrado	certificado de origem para países diferentes de EUA e Finlândia
4810.13.89	Papel Cuchê em BOBINAS acima de 150g/m <sup>2</sup>	certificado de origem para países diferentes do Chile
4810.19.89	Papel Cuchê em FOLHAS acima de 150g/m <sup>2</sup>	certificado de origem para países diferentes do Chile
4810.22.90	Papel Cuchê Leve (LWC)	não exige certificado de origem
4810.92.90	Outros Cartões de Camadas Múltiplas	certificado de origem para países diferentes do Chile

## Andipa e Abigraf: parceria reforçada

Com muitos desafios em comum e o mesmo compromisso de trabalhar em prol da valorização do mercado – ético e profissional – de papel no Brasil, Andipa e Abigraf reafirmaram sua parceria e vão estreitar suas relações e ações conjuntas. A posição das entidades foi estabelecida em encontro entre o presidente da Andipa, Vitor Paulo de Andrade, e o recém eleito presidente da Abigraf Nacional, Fabio Arruda Mortara.

“As duas entidades vão se apoiar naquilo que é comum aos distribuidores e gráficos”, afirmou o presidente da Andipa, destacando que as duas associações já vêm atuando em conjunto. “A Abigraf vai se unir à Andipa e Bracelpa no combate aos desvios do papel imune. E a Andipa vai intensificar seu apoio à campanha de valorização do papel e da comunicação impressa, concentrada no portal [www.imprimiredarvida.org.br](http://www.imprimiredarvida.org.br)”, explica Vitor de Andrade, destacando os pilares do acordo de cavalheiros.

### Reflexos

Com a parceria de mão dupla, os associados das duas entidades ganharão também em informação e conteúdo. A partir deste mês, as gráficas de todo o país passarão a receber o informativo setorial NewsPaper, produzido bimestralmente pela Andipa com informações, dados e estatísticas do setor de papel. Assim como, os distribuidores receberão o Boletim Abigraf, encaminhado mensalmente. Pelo acordo firmado, as duas entidades ficarão responsáveis por repassar as publicações aos seus associados.

## Venda de papel nacional segue estável e importação em alta

Nos cinco primeiros meses deste ano, a indústria nacional acumulou crescimento de 2,2% na produção de papéis de imprimir e escrever, com vendas internas estáveis em relação ao mesmo período de 2010. Já as importações foram 24,1% maiores este ano do que a apurada entre janeiro e maio do ano passado.

Conforme relatório mensal da Bracelpa, as indústrias brasileiras produziram 1137 mil toneladas de papéis de imprimir e escrever entre janeiro e maio deste ano, 25 mil toneladas a mais que em igual período de 2010. Já as vendas domésticas passaram de 613 mil toneladas para 615 mil toneladas. O volume exportado teve queda de 9,1% na comparação, caindo de 471 mil toneladas no ano anterior, para 428 mil toneladas até maio deste ano. Na contramão, o desembarque de papéis estrangeiros no país cresceu 24,1%, o equivalente a 63 mil toneladas a mais na comparação com 2010 – de 261 mil toneladas para 324 mil toneladas.

O balanço dos cinco primeiros meses, divulgado pela Bracelpa no último dia de junho, mostra ligeira recuperação do mercado doméstico de imprimir e escrever, com discreta redução nas importações em relação aos números apurados no primeiro trimestre.

Mesmo assim, a indústria nacional continua perdendo espaço para o produto estrangeiro no abastecimento do mercado interno.

Entre janeiro e maio de 2009, os papéis importados representaram 17,5% do consumo aparente brasileiro, fatia que subiu para 29% no mesmo período do ano seguinte e alcançou 31,4% neste ano. Considerando o total da produção nacional, descontadas as exportações e somadas as importações, em cinco meses, o Brasil teve um consumo aparente de papéis de imprimir e escrever crescente, passando de 819 mil toneladas em 2009, para 902 mil toneladas em 2010 e somando 1033 mil toneladas.

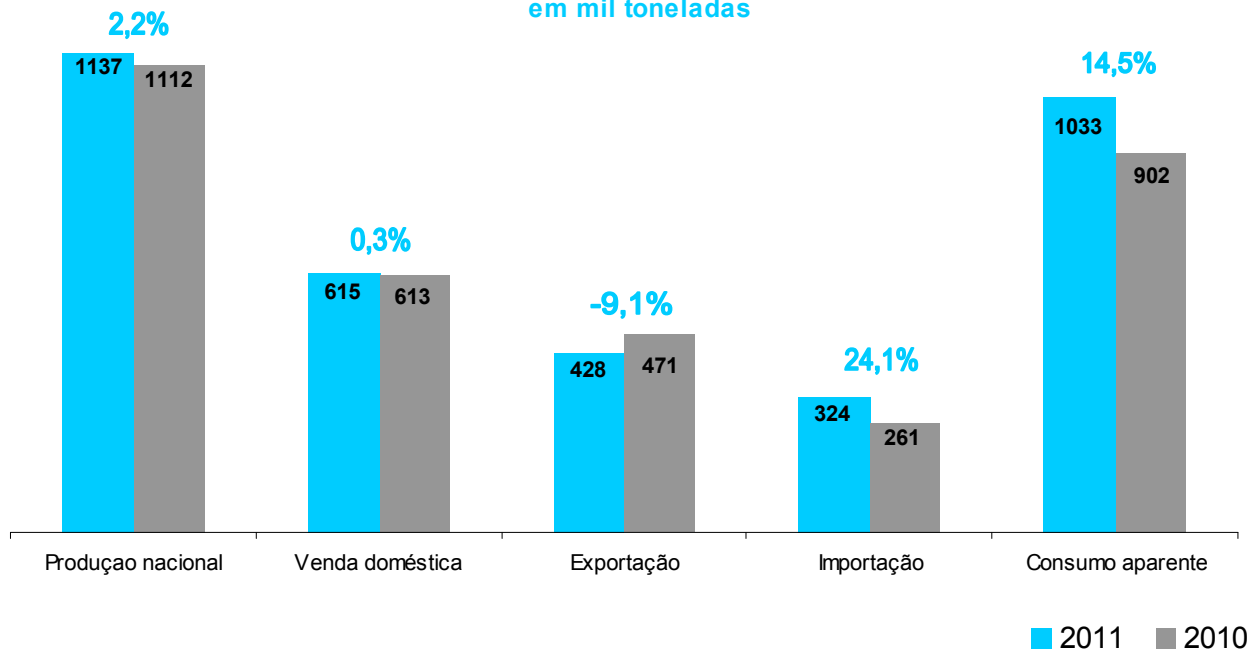
Com isso, o consumo brasileiro teria aumentado 26% em dois anos, um percentual até desejável, porém irreal na avaliação da Andipa. “Mesmo que tenha havido um crescimento efetivo do consumo, grande parte das importações está nos estoques das empresas que apostaram no produto estrangeiro, atraídas pelo câmbio favorável”, avalia o presidente da Associação, Vitor Paulo de Andrade, observando que o mercado já está sentindo o reflexo do excesso de oferta, com queda das vendas e das margens.



### Padronização

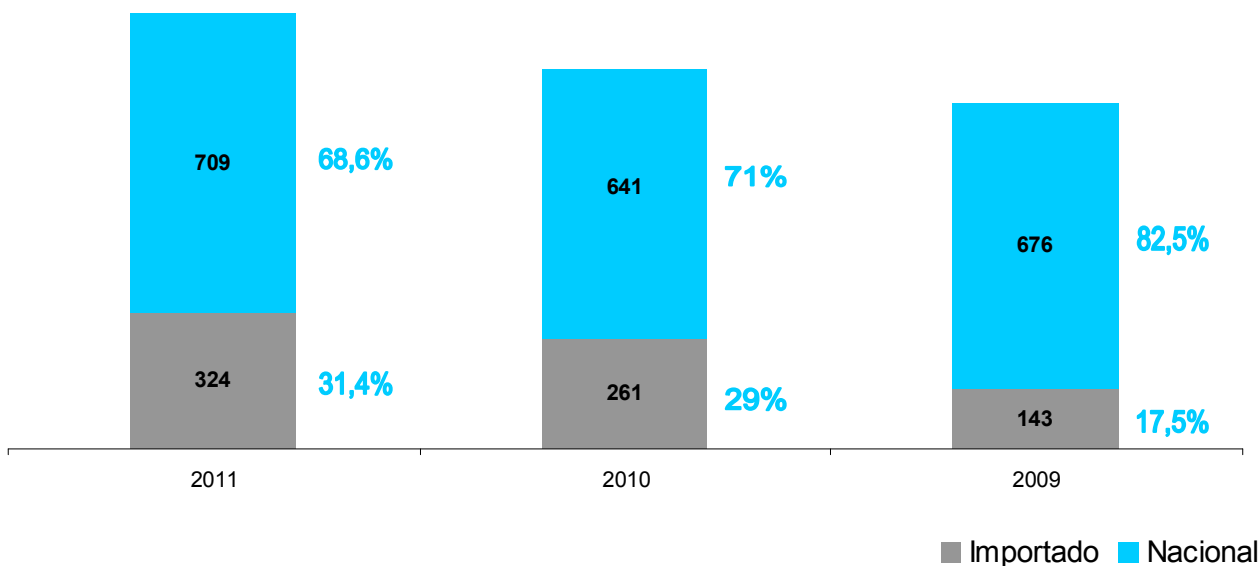
A partir desta edição, o NewsPaper vai adotar a grafia aportuguesada das palavras *cuchê* e *ofsete*.

Papéis de Imprimir e Escrever (I&E) - janeiro a maio  
em mil toneladas



Fonte: Conjuntura Setorial Bracelpa / N° 31 – Junho 2011

Participação do importado e nacional no consumo aparente de I&E



Fonte: Conjuntura Setorial Bracelpa / N°s 19 e 31  
\* valores em mil toneladas - período janeiro a maio

## Entradas de jornal e *cut size* diminuem

As importações de papel jornal e de *cut size* nos primeiros seis meses deste ano foram menores que no mesmo período do ano passado, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Entre janeiro e junho deste ano, as entradas de papel jornal somaram 237,3 mil toneladas, 5,2% de redução em comparação a igual período de 2010 (250,4 mil toneladas).

No grupo de papel cortado, o resultado semestral de 2011 ficou 6,5% menor que as 15,7 mil toneladas acumuladas nos primeiros seis meses de 2010. Neste item, estão incluídos os dados das importações enquadradas nos NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul) 4802.56.10 e 4802.56.99, que correspondem aos formatos de até 360 milímetros e de 435 x 297 milímetros, respectivamente.

### Cartão

O total das importações de papel cartão – NCM 4810.92.90 – em 2011 ultrapassou em 16,35% o verificado no primeiro semestre do ano passado, saltando de 11,9 mil toneladas para 13,9 mil toneladas, segundo números da Secex. Nos doze meses de 2010, as entradas de cartão somaram 24,9 mil toneladas, 9,5% mais que no ano anterior. Nos últimos sete anos, o recorde de importações de cartão foi de 32,2 mil toneladas, em 2007.

## 194 mil toneladas de cuchê foram importadas em 2011

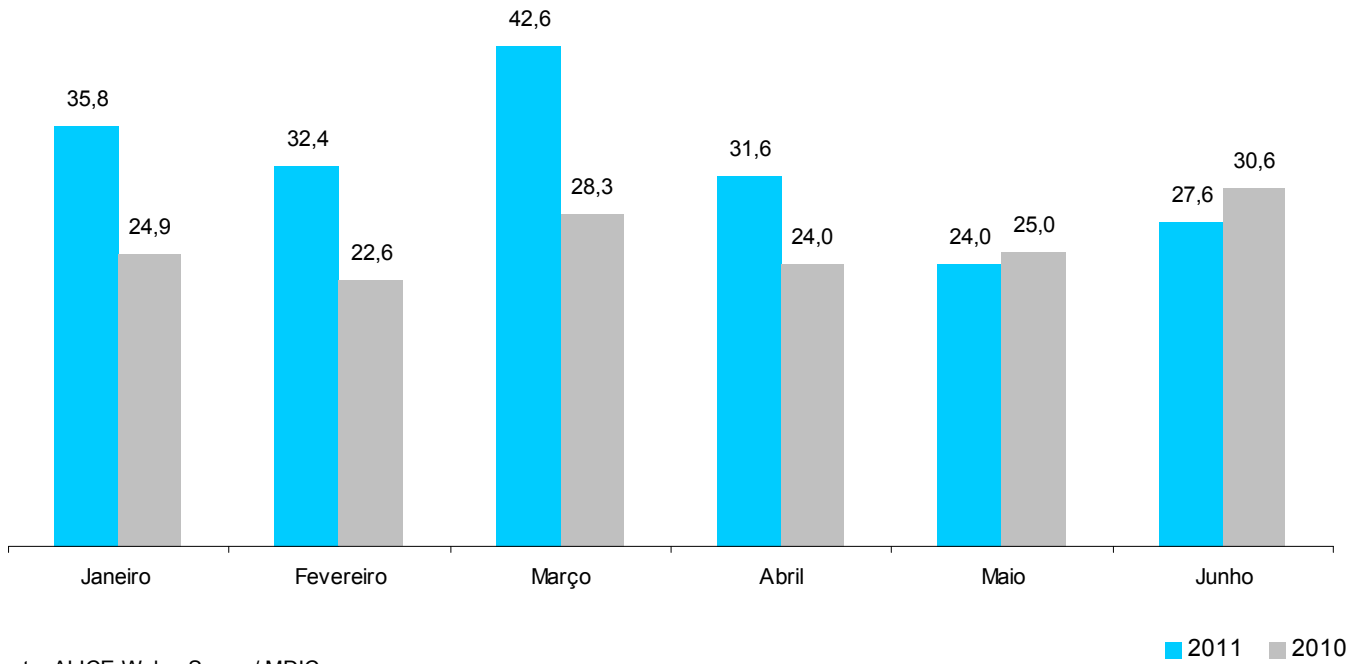
Em seis meses, entraram no Brasil 194 mil toneladas de papel cuchê, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O volume do primeiro semestre deste ano é 24,8% maior que o apurado no mesmo período do ano passado e 136,9% superior ao internalizado entre janeiro e junho de 2009.

As importações seguem em alta e continuam batendo recordes, mesmo com a arrefecida nos meses de maio (24 mil toneladas) e junho (27,5 mil toneladas), que tiveram volume menor que nos respectivos meses de 2010. Neste ano, março registrou o maior volume

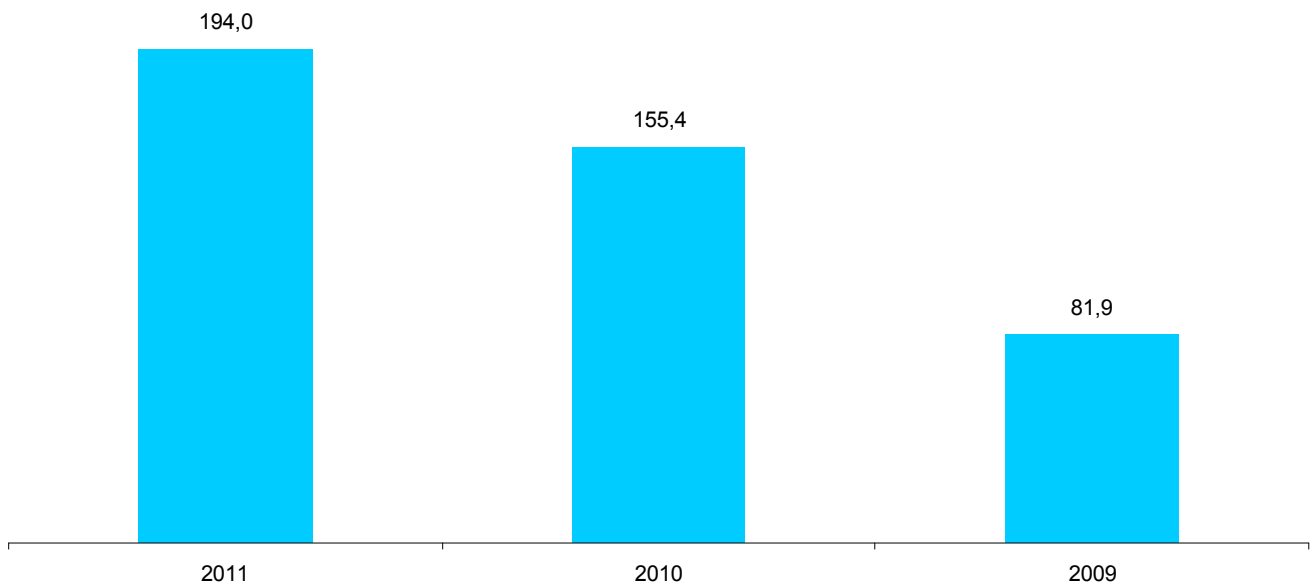
(42,6 mil toneladas), 11,8% a mais que agosto de 2010 (38 mil toneladas), até então mês campeão em importação de cuchê.

De acordo com os números da Secex, as entradas de cuchê no segundo semestre do ano passado cresceram 33% em comparação com a primeira metade do ano, somando 362,2 mil toneladas em 2010. Se mantido o ritmo das importações, o volume de 2011 deve passar de 400 mil toneladas. Foram computadas todas as entradas enquadradas nas NCMs 4810.13.89, 4810.13.90, 4810.19.90 e 4810.19.89.

### Importação de cuchê - em mil toneladas



### Importação de cuchê no 1º semestre - em mil toneladas



## Freio na importação de LWC

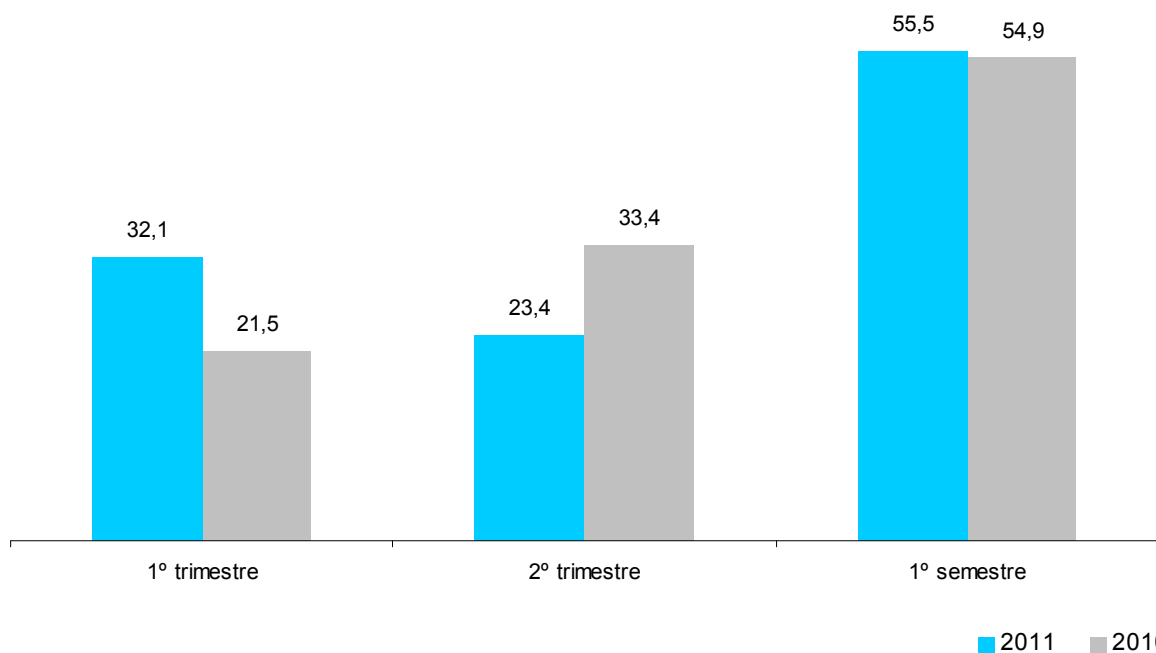
Com queda de 30% no segundo trimestre, as importações de LWC nos primeiros seis meses deste ano foram apenas 1% maiores que no mesmo período de 2010. As empresas brasileiras receberam 55,4 mil toneladas de LWC entre janeiro e junho, ante 54,9 mil toneladas no período equivalente de 2010, conforme registros da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Em relação ao primeiro trimestre, as importações dos papéis – enquadrados nas NCMs 4810.22.10 e

4810.22.90 – caíram 27%. Entre janeiro e março deste ano desembarcaram no Brasil 32 mil toneladas de LWC e nos três meses seguintes foram 23,4 mil toneladas. Em 2010, os resultados do primeiro e segundo trimestres foram 21,5 mil toneladas e 33,4 mil toneladas, respectivamente.

No histórico anual da Secex, as importações diminuíram 26% em 2009 (73,7 mil toneladas) ante as 99,7 mil toneladas do ano anterior. Em 2010, as entradas de LWC estrangeiro cresceram 62,9%, somando 120 mil toneladas nos doze meses.

### Importações de LWC - em mil toneladas



Fonte: ALICE-Web – Secex / MDIC

## Estável no 2º trimestre, ofsete soma 46,3 mil toneladas

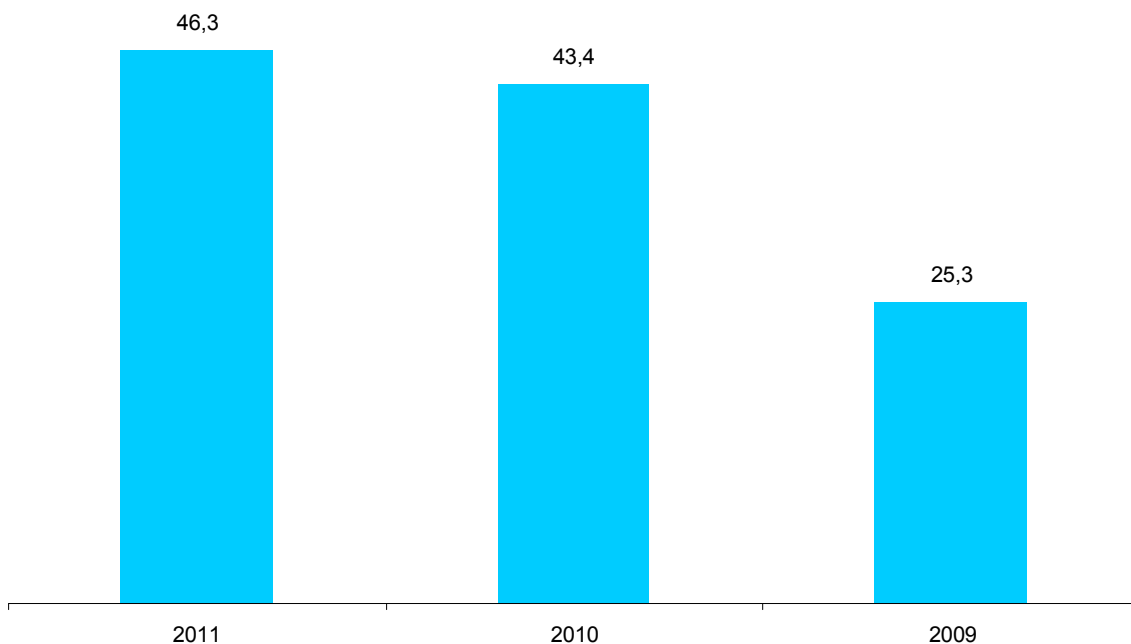
As importações de papéis em bobinas e folhas – tipo ofsete – entre abril e junho repetiram o total do primeiro trimestre do ano, 23 mil toneladas, somando 46,3 mil toneladas entre janeiro e junho deste ano. As importações de 2011 superaram em 6,6% as 43,4 mil toneladas internalizadas em igual período de 2010, como demonstram os números da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Este grupo de papéis corresponde aos NCMs 4802.54.90; 4802.55.92; 4802.55.99 e 4802.57.99.

Os dados anteriores incluíam ainda as importações enquadradas na nomenclatura 56.99, referente ao papel cortado em formato maior.

Se comparado com as importações de 2009, o volume do primeiro semestre do ano cresceu 83,4%. Segundo dados da Secex, entre janeiro e junho daquele ano entraram no País 25,2 mil toneladas destes papéis, e no ano, foram 81 mil toneladas. Em 2010, foram importadas 94 mil toneladas, sendo 43,4 mil toneladas no primeiro semestre e 50,6 mil toneladas no segundo semestre.

**Importação de papéis em bobinas e folhas no 1º semestre em mil toneladas**



Fonte: ALICE-Web – Secex / MDIC



Distribuidores Associados

